

# Cultura como Ciência?

## Da Consolidação do Discurso Antropológico à Institucionalização da Disciplina

Jorge Freitas Branco

### 0. Nota introdutória

O presente texto pretende dar um contributo para situar contextos sociais de produção científica. A análise das condições em que a Antropologia (cultural e/ou social) surge em Portugal como área de conhecimento institucional autónoma, e dotada por consequência de estruturas de reprodução próprias, fornece os dados básicos para equacionar os sucessivos parâmetros de enquadramento de uma ciência social. A especificidade que historicamente vem caracterizando a Antropologia Física (Cunha 1982), não permite inserir esta componente de investigação na proposta de interpretação que se segue <sup>1</sup>.

### 1. Arqueologia do conhecimento antropológico

A constituição de um discurso científico de carácter antropológico e/ou etnológico tem raízes profundas na tradição intelectual portuguesa. É sobretudo no contexto sócio-cultural da expansão marítima ultramarina que se encontram os parâmetros clássicos da dialética entre o «nós e os outros», ou seja o aparecimento do discurso fundamentado na diferença <sup>2</sup>.

#### ■ JORGE FREITAS BRANCO — ISCTE.

Um resumo parcial deste texto foi apresentado como comunicação ao Colóquio «Cem Anos de Antropologia», realizado, em Março de 1985, no Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra.

<sup>1</sup> A bibliografia final relativamente extensa serve unicamente para fundamentar a abordagem exposta, não substituindo as bibliografias de trabalho ou temáticas existentes (cf. Pereira 1965; Dias 1951; Santos 1969; Callier-Boisvert 1967; Ferreira 1962; Gonçalves 1961; Lautensach/Feio 1948 e 1983; Vasconcelos 1933; Bibliografia 1976).

<sup>2</sup> Sobre este assunto consulte-se, entre outros, Vitorino Magalhães Godinho 'Entre Mito e Utopia: Os Descobrimientos, Construção do Espaço e invenção da Humanidade nos séculos xv e xvi' *Revista de História Económica e Social*, 12, 1983: 1-43; Georges Le Gentil: 'Les Portugais en Extrême-Orient: Fernão Mendes Pinto. Um précurseur de l'exotisme au XVI<sup>e</sup> siècle.' Paris: Hermann, 1947; Maria Leonor Carvalhão Buescu 'O estudo das línguas exóticas no século xvi' Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983; Luís Filipe Barreto 'Descobrimientos e Renascimento. Formas de ser e de pensar nos séculos xv e xvi' Lisboa: INCM, 1983.

No âmbito deste capítulo afigura-se como mais relevante salientar a actividade desenvolvida a partir da segunda metade do século XVIII, em que o Estado pretende liderar e chamar a si a arte de bem governar e administrar o(s) território(s) sob sua tutela. Daí considerarmos este período decisivo para a lenta gestação dos diferenciados discursos e disciplinas das ciências sociais, nomeadamente duma Antropologia.

### 1.1. *Anti-tradicionalismo e dirigismo do Estado*

É sobretudo na fase que coincide ou sucede imediatamente à administração pombalina, que funcionários da Coroa são encarregados ou solicitados a percorrerem áreas bem delimitadas do País e das colónias, a fim de procederem a levantamentos circunstanciados da situação prevalectente. Na sua esmagadora maioria influenciados pelos fisiocratas, estes altos funcionários reais de carreira patenteiam nas suas preocupações teóricas e no seu modo de olhar as populações, uma considerável capacidade de observação factual; a sua perspectiva situa-se abertamente em prol da consolidação do poder centralizado, o chamado despotismo iluminado, o que significava frequentemente aproximar as instâncias de decisão política das populações rurais, marginalizando em muitos casos vastos sectores da grande aristocracia.

Constitui fonte importante para o conhecimento antropológico da época todo o manancial de memórias, relatórios e ofícios redigidos por estes funcionários reais e posteriormente arquivados nos ministérios em Lisboa nalguns casos, noutros e após aturado trabalho de compilação e recolha directa, publicados como memória, ou ainda guardados na sua forma manuscrita.

Neste sentido interessa apresentar alguns dos textos com especial incidência regional, nomeadamente os que já têm sido submetidos por historiadores a estudos e edições críticas e anotadas. São de bastante interesse os levantamentos de José de Abreu Bacelar Chichorro sobre a Estremadura (Amzalak 1943), de Paulo Dias de Almeida realizado na Ilha da Madeira (Almeida 1817), de Custódio José Gomes sobre o Minho (Cruz 1970) sobre o Alto Douro (Fonsecca 1791) e a importante questão das vinhas (Oliveira / Marinho 1983), finalmente sobre o Nordeste de Portugal o trabalho de Columbano Pinto Ribeiro de Castro (Mendes 1981).

Ainda sob perspectiva similar, ou seja, tentativa de compilação de dados estatísticos com vista a um melhor conhecimento dos povos, há que citar Adrien Balbi (Balbi 1822), até pela divulgação e difusão que obteve fora de Portugal.

### 1.2. *A literatura de viagens*

Reunir documentação de carácter antropológico em terreno europeu significa, primeiro que tudo, ter em conta a relação social de forças que em sucessivas épocas foi determinante. Ao contrário do que acontece com inúmeras sociedades pré-coloniais, a documentação guardada em arquivos pode constituir uma pista decisiva para aclarar e reconstruir aspectos fundamentais de quotidianos passados. Propriedade, demografia, produções, circui-

tos de transportes, feiras, relações sociais, estruturas de poder e/ou de acesso aos meios de produção são alguns dos temas preferidos pelos antropólogos preocupados com a Europa como terreno. É precisamente neste contexto que a literatura de viagens adquire grande relevo, como fonte de informação complementar. Embora tenha de ser sempre submetida a confrontação crítica, pode-se, no entanto, partir do princípio que os relatos e diários que nos deixaram os autores influenciados pelas correntes fisiocráticas, fornecem dados concretos sobre a agricultura, instrumentos de trabalho, tecnologias, etc. A grande aceitação que este género literário conseguia junto dum opinião pública gradualmente maior, fica sem dúvida patente através do elevado número de traduções rapidamente publicadas. No caso de Portugal o livro clássico sobre o País nos finais do século XVIII é o do naturalista alemão Heinrich Friedrich Link (Link 1801-04), cujas edições em inglês e francês rapidamente chegaram às mãos dos portugueses interessados. Talvez não seja exagero considerar este autor um Alexander von Humboldt para o Portugal da época.

### 1.3. *A Escola Romântica*

Como sucedeu em toda a Europa do século XIX, o movimento romântico foi fundamental para alicerçar o interesse académico pelas recolhas da tradição oral, pelos usos e costumes regionais e locais, pela dimensão histórica nacional e, mais importante no contexto da institucionalização das diversas ciências sociais, pela elaboração de métodos e critérios de trabalho. É no âmbito do romantismo que se descobre o povo camponês, que se lhe atribui o papel de guardião das tradições antigas e genuínas, a explicitação da continuidade histórica ligada ao território. Surgem nesta linha de acção os romanceros (Azevedo 1880; Braga 1869 et al.), base para fundamentações ideológicas e patrióticas, mas simultaneamente ponto de partida para o início de estudos filológicos comparados. Aos estudiosos desta escola temos também de reconhecer uma preocupação pelo eruditismo local. Um dos exemplos mais interessantes é, entre outros, o do Abade de Baçal (Alves 1908-1948). Estes investigadores dedicaram toda a sua vida a uma única região, sobre a qual tudo tentavam recolher e publicar, desde documentação dispersa por arquivos e instituições, até às escavações arqueológicas. Para eles os levantamentos das «artes e tradições populares» e das «antiguidades» locais juntam-se numa única actividade de compilação de factos, onde a etnografia, o folclore e a erudição literária acabam por forjar uma imagem idealizada das populações camponesas, destituída de inserção num contexto histórico concreto e definido.

### 1.4. *A Escola Filológico-Cultural*

O século XIX foi, sobretudo na segunda metade, rico em orientações, ideias e métodos de pesquisa. Pelo menos sob o aspecto da constituição de um discurso antropológico / etnológico, será difícil dizer que uma das cor-

rentes se implantou de forma a suplantar e abafar as restantes. Por outro lado, esta fluidez na busca do objecto leva a que frequentemente seja difícil colocar uma figura numa única escola. Adolfo Coelho é um destes casos, até na medida em que se nota nos seus escritos estar bem informado sobre o que se passa noutros países europeus. Um dos seus trabalhos mais originais afasta-se consideravelmente da inspiração romântica dominante, na medida em que escolhe uma minoria como objecto de estudo, os ciganos (Coelho 1892). Podemos considerá-lo um dos pioneiros numa linha culturalista no discurso antropológico, pois desenvolve a sua pesquisa baseado na língua como característica da cultura.

Esta orientação é bem evidente num outro grande vulto da época, Leite de Vasconcelos (Vasconcelos 1901). Posteriormente dedica-se exclusivamente à enorme tarefa de tudo compilar, palmilhando o território português e os Açores. Reúne o material para redigir a *Etnografia Portuguesa* (Vasconcelos 1933 ff.), obra que só pôde começar a ser sistematicamente publicada após a sua morte e a partir dos apontamentos que deixou (Ribeiro 1942). A ele se deve o incremento decisivo para a preocupação museológica no domínio da Etnologia (Vasconcelos 1915). Pela sua infatigável actividade, pela sua influência académica, assim como pela quantidade de dados recolhidos, no fundo bastante descritivos, Leite de Vasconcelos torna-se, no âmbito das investigações antropológicas em Portugal, o pioneiro incontestado.

Outra figura de não menor importância é Fritz Krüger, que dedicou toda a sua vida quase que exclusivamente à Península Ibérica. Grande impulsor da escola histórico-cultural alemã ligada ao círculo «Coisas e Palavras», deixou uma série de trabalhos ainda hoje fundamentais para algumas questões relativas à dialectologia e à cultura material (Krüger 1925; 1927).

### 1.5. *A Escola Histórico-Geográfica*

Introduzir esta alínea como uma das tendências na consolidação de um discurso antropológico em Portugal parece-nos importante, alguns dos autores a citar não mencionam explicitamente qualquer aproximação etnográfica, mas ao dedicarem-se à história agrária, foram fonte de inspiração para sucessivas gerações de historiadores e geógrafos portugueses. Em primeiro lugar há certamente que referir Alberto Sampaio (Sampaio 1923), o iniciador dos estudos históricos de cariz marcadamente económico sobre o Noroeste de Portugal. Através dele o antropólogo dos nossos dias vê-se introduzido na questão da formação de instituições de poder local, assim como na articulação entre este mesmo poder e as sociedades camponesas. É evidente que, embora avançado para a época em que viveu, Alberto Sampaio vê e tenta interpretar a sua região natal, através da linguagem dos arquivos na perspectiva das classes sociais dominantes. No fundo analisa os fenómenos sociais à luz de um determinismo ditado pela história, pelas leis, pelas instituições, e pelos condicionalismos do ambiente. Constitui uma das tendências características da sua época tentar explicar problemas do presente pelo recuo até às origens das instituições, leia-se da coesão social. Rocha Peixoto, ao con-

trário de Alberto Sampaio levanta uma questão bem mais delimitada, a dos aspectos comunialistas em Portugal (Peixoto 1908). Este tema remete-nos numa primeira instância para o mundo das formas de organização do trabalho e de apropriação do espaço no sector camponês e pastoril. O próprio Leite de Vasconcelos não desconheceu a questão e sentiu o alcance da temática (Ribeiro 1974). É precisamente este o elo que irá fornecer a investigadores sensibilizados pela Antropologia a ponte para o discurso antropológico.

### 1.6. *Resumo: A situação no limiar do século XX*

Resumindo os aspectos gerais até agora abordados, pode-se concluir que durante o século XIX, especialmente na sua segunda metade, se desenvolve um período de formação e consolidação do discurso antropológico em Portugal. A grandes traços não se distingue facilmente qualquer diferença fundamental e específica em relação ao que paralelamente se passava em outros países europeus.

Três grandes linhas estendem-se desde finais do século XVIII. Enquanto a mais precoce, a do dirigismo anti-tradiconalista, se apaga bastante com a revolução liberal e o aparecimento da monarquia constitucional, as restantes parecem ser uma resposta ao novo estado de espírito e às grandes transformações socio-políticas inerentes ao fim do Antigo regime.

Afigura-se, por isso, necessário distinguir entre as correntes anti-tradiconalistas, fruto do iluminismo, e as outras, decididamente voltadas para o passado, contra a mudança, preocupadas com a continuidade, com a explicação cultural e histórica. No fundo são estas as duas posições fundamentais das disciplinas antropológicas oitocentistas fora de Portugal: o dilema epistemológico entre a mudança e a continuidade.

No plano do método e do rigor há que fazer uma diferenciação mais detalhada. É sem dúvida alguma aos adeptos da estatística que maior imperfeição podemos apontar, até porque a sua ciência só ao longo do século XIX se vem a aperfeiçoar. Por outro lado, na sua militância anti-tradição, na sua luta pela mudança e no seu empenho pelo progresso, eles têm uma visão paternalista da população em geral, e do campesinato em especial. Defendem por consequência um dirigismo vindo de cima, consolidam o poder centralizado, e tentando racionalizar simultaneamente a arte de melhor governar, procedem autoritariamente quando as populações resistem à sua política de incremento da produção agrícola, de ordenamento do território e fomento dos produtos facilmente comercializáveis. Durante o século XIX esta corrente deixa, por força das circunstâncias históricas em que se inseria, de ter representatividade no discurso antropológico. Este vira-se, então, decididamente para o passado, esquece quase completamente os ideais de progresso, aprofunda-se na tradição. Os seus métodos tornam-se contudo mais rigorosos e elaborados. Dedicam-se a recolhas directas, embora só da tradição oral. No prosseguimento destas abordagens a filologia inicia o agrupamento de coisas e palavras, a fim de elaborar tipologias, linhas de evolução cultural.

O conceito de cultura adquire gradualmente papel de paradigma, através do qual se analisam as relações sociais, mediadas não ainda pelos indivíduos, mas pelas contingências ambientais e históricas. É a busca da forma como se difundem as instituições, um reflectir sobre as respectivas origens, os seus determinismos naturais, a delimitação de traços culturais, que se impõem programaticamente.

Este o contexto e a herança discursiva nas disciplinas antropológicas ao chegarmos ao século XX; já se faz sentir a necessidade de repensar o «primitivo» como categoria analítica.

## 2. Institucionalização: Um percurso acidentado e inacabado

Se ao longo do século XIX já se torna fácil delinear em autores de várias correntes e sensibilidades um tipo de discurso de acentuada componente antropológica/etnológica, nos decénios que se seguem, esboça-se um processo de clarificação e especialização nas diversas disciplinas sociais. Trata-se do percurso que leva por um lado à especialização da produção científica, por outro, e em paralelo, assiste-se à institucionalização das ciências sociais. Transformação esta bastante complexa e frequentemente contraditória, na qual desde já se pode adiantar que o discurso antropológico se assume como Etnologia.

É este o contexto global que permite compreender o papel desempenhado por António Jorge Dias, tendo em conta que, do período anterior, seria quando muito na obra de Leite de Vasconcelos que a nova geração iria poder socorrer-se ou mesmo apoiar-se.

O início da carreira de A. J. Dias como etnólogo especializado e profissional poderá à primeira vista parecer contraditório. De facto distinguem-se duas grandes preocupações nos seus trabalhos: uma que designaremos de continuidade actualizada face ao discurso antropológico herdado e outra, a da ruptura.

### 2.1. Continuidade

Em 1948 A. J. Dias publica um estudo intitulado «Os Arados Portugueses e as suas prováveis origens» que veio abrir perspectivas novas e até determinada medida, diferentes, nos trabalhos etnográficos realizados até então no terreno português. É sem dúvida fundamental o propósito do autor, de integrar esta sua investigação na História da Cultura, criando assim uma ponte para a investigação estrangeira congénere, neste caso concreto, os estudos sobre instrumentos agrícolas, cuja tradição na Alemanha era bastante conceituada. Ao contrário de publicações dispersas anteriores, A. J. Dias dedica ao arado toda uma monografia. Partindo da investigação etnológica e seus resultados da época, faz um levantamento desta alfaia em todo o País.

Das suas conclusões interessa salientar a preocupação do autor em interpretar a diversidade existente nos instrumentos aratórios no contexto mais amplo da evolução das técnicas agrícolas, o que significa inserir a agricultura na História Cultural. Estamos perante uma perspectiva prioritária na altura: colocar a investigação etnográfica já não tanto nos parâmetros da dialectologia ou das «Coisas e Palavras», atomizando fenómenos sócio-culturais, mas olhar e interpretar o Homem e a Natureza como forma de História. Neste sentido A. J. Dias mantém-se na tradição, actualiza conclusões à luz de novos factos e comparações e desenvolve a corrente histórico-geográfica como aspecto para compreender e explicar o comportamento de um povo pela sua Cultura.

Este aspecto está patente no que ele definiu como a Lei da Afinidade (Dias<sup>2</sup> 1982: 127-134). Na sua opinião: «existe uma lei, a que chamamos de afinidade, que convinha estudar, pela importância que ela tem na compreensão das migrações de povos e seus sucessos posteriores. Esta lei é a que determina o comportamento de um povo, quando emigra de uma região para outra, segundo as condições de afinidade do meio de onde provém e aquele aonde chega.» (Dias 1982:130). Mas o seu contributo vai mais longe. Ao estabelecer a partir dos dados resultantes da sua recolha de arados, uma tipologia morfológica dos mesmos, coloca esta particularidade cartograficamente estabelecida em consonância com a análise do geógrafo Orlando Ribeiro (Ribeiro 1945). A este último se deve a elaboração de uma teoria da divisão e explicação da realidade natural e histórica portuguesa. Assim, haveria que distinguir um Norte Atlântico, cujo «traço comum» (Ribeiro 1963:160 ff.) seria a abundância das chuvas e, no aspecto histórico a introdução do milho no século XVI; um Norte Transmontano caracterizado pela vinha, a qual originaria a partir do século XVII «uma das mais extraordinárias paisagens rurais construídas que se conhecem no mundo» (Ribeiro 1963:164); finalmente o Sul, mediterrânico, em pleno contraste com a primeira divisão, onde predominariam longos estios, escassez de população e a integração tardia na comunidade nacional (Ribeiro 1963:147). Estamos, no fundo, perante uma explicação da identidade nacional, uma versão actualizada das preocupações românticas oitocentistas.

Na sua interpretação tecnológica do arado em Portugal, A. J. Dias constata existir uma concordância entre as conclusões sobre os tipos de paisagem natural que caracterizam Portugal e os três tipos de instrumentos aratórios detectados: ao Atlântico corresponderia o arado quadrangular espalhado pela Europa Setentrional e Central, à região transmontana o arado radial, restando, por conseguinte, o arado de garganta para o sul mediterrânico (Dias 1982:127). Desta consonância nas perspectivas de abordagem e nas conclusões posteriores entre a Etnologia e a Geografia, advirão grandes consequências para o processo de institucionalização da Antropologia, agora já definitivamente Etnologia, em Portugal. Se por um lado se verifica uma consolidação da produção científica etnológica, bastante autonomizada, e razoavelmente especializada, a sua completa e definitiva separação e independência institucional frente a outras ciências sociais processar-se-á através de uma via contraditória.

## 2.2. Ruptura

A questão da relação entre a propriedade comunal rural e as condições históricas da sua apropriação privada remonta, como já vimos, às preocupações de finais do século XIX. Rocha Peixoto é em Portugal o autor mais próximo duma abordagem antropológica. No entanto, não foi o único, pois até mesmo Leite de Vasconcelos aborda esporadicamente o tema (Ribeiro 1974).

Não deixa por isso de ser interessante, verificar ser este o tema que serve de arranque a uma nova Etnologia, nomeadamente no aspecto da actualização metodológica. Aqui mais uma vez, é a figura de A. J. Dias que se destaca.

Através da publicação de duas monografias sobre comunidades (Dias 1948; 1953), o «comunitarismo agrário e o seu Paradigma» (Estevão 1983) adquire entre nós relevância teórica considerável. Convém, no entanto, enquadrar o autor no contexto da sua época. A. J. Dias interessou-se pela Etnologia na Alemanha, onde se veio a doutorar em Volkskunde. A sua tese foi o trabalho que mais tarde viria a ser editado em português com o título «Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária». Nesta sua primeira monografia sobre uma comunidade, ele não esconde a sua intenção de proceder a sondagens no norte de Portugal, especialmente em Castro Laboreiro, Vilarinho e Rio de Onor, pois ali se encontrariam as formas de organização comunitária mais perfeitas e disponíveis para o investigador.

Este propósito significa em si uma ruptura com o discurso antropológico até à data dominante em Portugal. Para levar a bom termo o seu objectivo escolhe o método funcionalista, o que corresponde na verdade, não à introdução do trabalho de campo e da recolha directa, mas à aceitação desta forma de coligir dados como sistema de abordagem. «Vilarinho da Furna» deve ser visto como uma tentativa ainda tímida de inserir conceitos sociológicos na Etnologia. A ruptura não se verifica ao nível da ideia que norteia o eixo da monografia, ou seja no plano da teoria que leva o investigador ao terreno, mas na alteração metodológica introduzida. Nesta comunidade norte-nha A. J. Dias continua interessado nos grandes problemas levantados no estudo sobre os instrumentos aratórios. Se a descrição da vida social e material da aldeia é feita segundo um critério claro e bem definido, o esforço para inserir essa realidade vivida ou convivida no local, num contexto amplo de História e Cultura não é menor. As conclusões convergem mais uma vez para a teoria explicativa das paisagens naturais elaborada pelo geógrafo Orlando Ribeiro. Aliás, é precisamente este último que na primeira edição apresenta o autor e a obra.

Em «Rio de Onor Comunitarismo agro-pastoril» encontramos uma situação diferente, onde o propósito de aprofundar o método de abordar comunidades, surge mais elaborado e aprofundado. Será justamente com esta obra de 1953 que o conceito de Antropologia Cultural começa a divulgar-se em Portugal, pois o aparelho crítico que o autor apresenta, está já mais amadurecido.

A comunidade passa a ser um conceito não fundamentado obrigatória e exclusivamente na documentação dos arquivos administrativos. Em vez de

confiar no historiador, dado que este se baseia na escrita, A. J. Dias vê que as comunidades têm uma tradição não arquivada, ou sequer reconhecida pelas «camadas superiores». A «tradição» passa a categoria analítica, pelo que o antropólogo tem de ir ao campo. Ir ao terreno, conhecer e conviver com as gentes diferentes, não tem de ser forçosamente funcionalismo. Mas a povoação de Rio de Onor tem uma particularidade que leva A. J. Dias a aproximá-la da sociologia: trata-se de uma aldeia dividida pelos dois estados da Península. Esta realidade vem «de cima», não afecta o funcionamento das instituições locais, nem a organização comunitária, ou seja, uma prova da força da tradição. Por isso no enunciado desta monografia o autor deixa bem claro — o que ainda faltava em Vilarinho da Furna —, que se trata dum estudo de contactos de cultura.

Seria apressado entrever neste livro a introdução do funcionalismo sincrónico em Portugal. O problema é mais complexo.

No fundo a imagem que nos quer dar A. J. Dias de Rio de Onor centra-se nos eixos diacrónico e sincrónico. Se por um lado o apanhado do funcionamento da vida quotidiana é resultado de dados reunidos no local, por outro a componente histórica, e sempre no sentido da história da cultura, nunca está ausente. Enquanto um forte olhar relativista faz sobressair a organização e funcionamento da organização comunitária, é patente a preocupação de ver no norte de Portugal a força que teria feito emergir em tempos recuados o Estado, a origem da Nação, a evolução do Direito, os parâmetros fundamentais de associação de indivíduos (a coesão social). Pode-se mesmo acrescentar que na sua abordagem funcional de comunidades A. J. Dias parece infinitamente mais preocupado em interpretar dados do presente para compreender e reconstruir o passado. Esta aparente discrepância entre a preocupação teórica e abstrata e o confronto com a realidade social, devolvendo ao passado os elementos recolhidos no presente sob a categoria analítica da tradição, não é uma questão insólita e específica de A. J. Dias. Bem pelo contrário, coloca-o bem ao nível das polémicas entre as grandes correntes do discurso antropológico de então.

Relendo atentamente «Rio de Onor», mesmo sem qualquer intenção de conhecer essa aldeia, mas tentando compreender à distância o enquadramento social da produção científica e interpretando simultaneamente as correntes antropológicas, esta povoação transmontana conduz-nos à etno-sociologia do etnólogo alemão Richard Thurnwald (1869-1954). Sem dúvida uma das figuras mais interessantes no panorama antropológico internacional nos anos 20 e 30 deste século, Thurnwald teve o mérito de talvez se antecipar (ou fazê-lo em paralelo!) a Malinowski ou a Radcliffe-Brown. Cedo se decidiu pela observação participante, investigando na Melanésia, numa altura em que Malinowski ainda estava longe de pensar no Arquipélago Trobriand. Ao publicar os seus primeiros resultados de pesquisa, procede a um ajuste de contas teórico com não poucas tendências herdadas do século XIX. Vira-se para a sociologia, e daí ter ficado ligado o seu nome à etno-sociologia. Contudo os problemas epistemológicos que o preocuparam, respeitavam as grandes correntes da época: a origem do Estado, a evolução do direito, a comunidade e os mecanismos de coesão social, de associação.

Este curto desvio só aparentemente poderá parecer despropositado em relação ao papel e à obra de A. J. Dias. Dada a formação teórica recebida, pois em Berlim conheceu Thurnwald, se compreenderá a sua insistência no elemento da História Cultural, por um lado, interessando-se e realizando na sua prática de investigador, uma aproximação sociológica. A título de resumo provisório, vemos agora mais nítidas, as razões que no discurso antropológico produzido em Portugal, levam a que nos anos 50 a Etnologia legada pelo século XIX se consolide, se especialize e se separe relativamente da restante investigação social (sobretudo da Geografia e da História), mantenha a sua opção pela tradição culturalista, se actualize e tenda cada vez mais para a institucionalização como Antropologia Cultural. Trata-se, no plano internacional, de uma alinhamento pelas tradições filosóficas do discurso antropológico da Europa Continental e do Culturalismo norte-americano dos seguidores de F. Boas, não surgindo por consequência condições para o funcionalismo britânico, o arquitecto da Antropologia Social. Entre nós, embora a sociologia não estivesse alheia ao discurso etnográfico, o conceito de Cultura sempre se sobrepôs ao de função e estrutura social.

### 3. Profissionalização da antropologia: o terreno como legitimação do olhar etnográfico

Através da tentativa de propôr uma visão global do processo de institucionalização da Antropologia em Portugal, ficou sobretudo salientado o conjunto de abordagens teóricas, que em sucessivas épocas se foi impondo. Neste capítulo passar-se-á a dar maior enfoque à produção publicada. É ela que irá permitir avaliar em que medida o esforço teórico se traduziu em resultados concretos; este o critério mais viável para estimar o alcance e a amplitude da actividade antropológica como profissão. Interessa, pois, ver se o esforço de exposição teórica enquadrou a atitude dos antropólogos na recolha de dados de campo. A fim de assegurar uma melhor leitura, serão respeitadas, em princípio, as etapas do pensamentos antropológico anteriormente expostas.

#### 3.1. Portugal

A escola estatística saída dos finais do século XVIII, embora gradualmente esquecida com a passagem ao Liberalismo, não deixou contudo de encontrar adeptos durante o século XIX. Assim, na senda dos escritos teórico-programáticos de carácter dirigista como o de Luís Ferrari Mordan (Amzalak 1950), voltamos a citar Adrien Balbi, grande figura da compilação estatística (Balbi 1822; 1822a). O Algarve será igualmente alvo de trabalho com idêntica perspectiva na abordagem (Lopes 1941), sem esquecer que inúmeras vilas, concelhos e localidades tiveram até ao princípio do século XX os seus eruditos e compiladores locais. Além do que existe publicado de forma dispersa, há que não subestimar o espólio dos arquivos.

Só mais recentemente é que os antropólogos têm reconhecido o valor destas fontes informativas.

Ainda antes de iniciado o século XX, e na continuação do levantamento de dados levado a cabo pelas correntes pós-românticas, algumas delas bastante norteadas por concepções positivistas, teremos de apontar o curioso catálogo sobre alfaias agrícolas redigido por F. A. Coelho (Coelho 1896). Trata-se do resultado prático provocado pela evolução na própria abordagem teórica: os objectos são apresentados e recolhidos isoladamente, ganham por si valor quando reunidos em colecções etnográficas, passam a constituir o suporte para interpretar Cultura na sua forma materializada. Estamos perante um vasto e frenético movimento de recolha aos níveis nacional, regional e local. Estes dados irão servir várias correntes, todas elas mais voltadas à Cultura do que à Sociedade: dialectologia, história, arqueologia. A súpula deste esforço que caracteriza toda uma época de preocupações etnográficas na Europa e nos Estados Unidos, vê, entre nós, realizados os seus objectivos na vasta obra de Leite de Vasconcelos (Vasconcelos 1933; 1936; 1942 ff.). O denominador comum na recolha é o ruralismo, a visão idealizada do campesinato, a fuga às novas realidades sociais das zonas urbanas.

Mas precisamente este sector, onde se operam processos sociais novos, têm também os seus grandes pioneiros, os quais raramente tiveram honras de investigadores antropológicos. Visto manterem uma preocupação de realismo na análise do presente, de entenderem os seus estudos como uma contribuição para a resolução de problemas sociais concretos, resumindo, o carácter de intervenção político-social neles patente, as correntes pós-românticas passam-nos sob silêncio. Trabalhos sobre o fado, como fenómeno social de determinadas camadas urbanas (Carvalho 1903), sobre a prostituição (Cruz 1841), são património importante para uma análise da produção antropológica em Portugal. Os citados estudos constituem uma tímida síntese das tradições teóricas dos finais de setecentos, na medida em que levantam questões dum quotidiano presente, mas tentam simultaneamente convergir para uma sociologização na abordagem dos aspectos escolhidos. Se não se decidem claramente pela primazia do social frente ao cultural, pelo menos revelam uma tentativa nesse sentido, ao não sobrevalorizarem a tradição.

É interessante, dadas as circunstâncias, e conhecido que é o parâmetro teórico que veio a prevalecer na Antropologia/Etnologia em Portugal, sublinhar esta pequena produção quase marginal e, em princípio sem qualquer relevância como modelo científico para interpretar o social. José da Silva Picão, autodidacta, redige em princípios do século (Picão 1903) um relato sobre o panorama social da agricultura alentejana, através do qual se presente no autor grande profundidade de análise do quotidiano das diversas classes sociais envolvidas na agricultura latifundiária. Seria injusto festejar autor e obra como simples documento da época. Na realidade há que encará-lo como uma tentativa marginal de abordagem social do contemporâneo, onde a explicação à luz da tradição romântica é ultrapassada. No domínio da produção antropológica que tenha tido Portugal como terreno, só José Cutileiro, e 70 anos mais tarde, apresenta um trabalho de verdadeira Antropologia Social, pois aborda uma sociedade rural portuguesa à luz da escola

britânica (Cutileiro 1971). A perspectiva sociológica funcionalista não constituiu escola entre nós, mais uma vez há que sublinhar como a cultura sempre se sobrepôs à estrutura social.

Raras são as obras dignas de menção, dedicadas a temas onde a componente camponesa não seja determinante. Uma excepção encontramos em Santos Graça, ao dedicar uma monografia a uma comunidade piscatória (Graça 1932).

A consolidação institucional da Etnologia durante o século XX, ao coincidir com o desaparecimento de Leite de Vasconcelos e com a entrada em cena de A. J. Dias, favorece a aceleração do ritmo nos trabalhos efectuados. As etnografias regionais globais, inspiradas sobretudo em Leite de Vasconcelos, sucedem-se. Há que lembrar o Abade de Baçal (Alves 1908-48) e ainda Jaime Lopes Dias, este último sobre o interior do País (Dias 1926-53).

Uma outra característica desta época pós-Leite de Vasconcelos e paralela a A. J. Dias são os levantamentos temáticos, que embora aspecto fundamental no âmbito da cultura material, nem sempre são levados a cabo por etnógrafos, mas por investigadores sensibilizados pela disciplina. O caso mais interessante é, sem dúvida, o das construções rurais, empreendido por arquitectos (Arquitectura 1961), obra de grande qualidade, e que felizmente veio a ser complementada por investigadores da especialidade (Oliveira / Galhano / Pereira 1969).

Finalmente resta enunciar os filólogos herdeiros da componente histórico-cultural do século XIX, interessados não só na dialectologia mas também nas «Coisas e Palavras», portanto na cultura material. Para o antropólogo o trabalho mais importante publicado neste domínio, dadas as implicações teóricas no campo da Etnologia europeia, é o estudo de Herculano de Carvalho sobre sistemas de debulha (Carvalho 1953). Contudo é impossível ignorar esta escola no seu conjunto, pois que trabalhou etnografia e folclore para a filologia e paralelamente para a Etnologia (Santos 1969; Boléo 1961). Trata-se de um fenómeno verificado à escala internacional.

Se tentarmos discernir as grandes linhas da produção antropológica, baseadas no trabalho de campo e realizadas em Portugal, pode-se concluir que no fundo, a prática da investigação não esteve alheia ao enquadramento teórico, anteriormente exposto. Embora algumas obras pareçam fugir aos seus parâmetros, como o caso das tentativas pontuais de abordagens sociologizantes, na sua globalidade a teoria precedeu a prática do terreno. No entanto e até agora, só falámos do rectângulo europeu. Dada a realidade de País colonizador, há que ver os principais pontos de referência que a produção antropológica produziu no contexto colonial.

### 3.2. *As colónias*

A investigação de carácter antropológico em terreno colonial inicia-se de uma forma mais concreta e planificada a partir da conferência de Berlim <sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Existem obras clássicas de recolha sistemática de dados (cf. Welwitsch 1862 e 1945) e importantes diários de viagem sobre África (Gamitto 1854) ou mesmo o Brasil colonial. Sobre esta

Embora exista documentação volumosa sobre a administração colonial portuguesa em África, na Ásia e no Brasil setecentista, é conveniente estabelecer a década de 80 do século XIX, como o início da corrida à posse efectiva e permanente de territórios coloniais. Precisamente porque a competição entre as grandes nações europeias com ambições ultramarinas era grande, a definição e aceitação política e administrativa de um território como colónia, implicava uma presença permanente de órgãos de soberania do País colonizador. A investigação científica vai ser solicitada para ajudar a concretizar esta tarefa. Nasceram sociedades de geografia, de etnografia e/ou de levantamento cartográfico<sup>4</sup>. Financiam-se viagens de exploração, nas quais os participantes não só descreviam as populações, como ao mesmo tempo procediam ao reconhecimento geográfico, a fim de possibilitar uma posterior distribuição de postos de controlo territorial, testemunhando desta forma, perante os povos subjugados e os poderes coloniais rivais, a presença efectiva. É esta a razão que explica o facto de os primeiros grandes trabalhos de descrição etnográfica, onde o conceito de «primitivo» constitui categoria analítica, terem sido redigidos por autores cientificamente interessados, ideologicamente entusiasmados pela tarefa de contribuir para novos conhecimentos e ao mesmo tempo politicamente encaminhados para uma brilhante carreira pública. Sobre as viagens empreendidas por portugueses nesta época, existe material bastante abundante (Santos 1978), embora até à data não muito utilizado para investigações antropológicas, salvo algumas poucas excepções de investigadores estrangeiros (Papagno 1972), nas quais a aproximação histórica predomina na análise.

A colónia de Angola foi a que deu origem ao maior volume de produção. Em finais do século XIX a etnografia e a história no norte deste território são uma das grandes preocupações dos estudos e relatos (Carvalho 1890), dada a importância das estruturas proto-estatais existentes em muitas sociedades desta zona. No entanto, um dos precursores do interesse científico sobre esta área é Adolf Bastian (Bastian 1859), etnólogo alemão profundamente interessado na interpretação mitológica e psicológica comparada dos povos. Esta linha de força nunca deixou de interessar antropólogos portugueses e estrangeiros, os quais viram em Angola um terreno fértil para conjugar dados de recolha directa no terreno com a interpretação na perspectiva histórica. Citamos em seguida somente pontos de referência bibliográfica, onde a diversidade de abordagem, não significa outra coisa, que a convergência das escolas de forte componente voltada à interpretação historicizante (Baumann 1935; Balandier 1965; Childs 1949; Birmingham 1966; Edwards 1962; Miller 1976). É bem nítida a coincidência da investigação sobre o norte

---

última área geográfica recorde-se, a mero título de exemplo. 'Diário da viagem que em vista, e correição das povoações da capitania de São José do Rio Negro fez o ouvidor e intendente geral da mesma, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, no ano de 1774-1775' Lisboa: Typographia da Academia, 1825. Veja-se ainda W. J. Simon (1983).

<sup>4</sup> Sobre alguns importantes aspectos da actuação da Sociedade de Geografia de Lisboa, consulte-se Ângela Guimarães 'Uma corrente do colonialismo português. A Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-1895' Lisboa: Horizonte, 1984.

de Angola com a inserção de um passado histórico documentalmente acessível, dada a permanente presença europeia desde os finais do século XV.

A abordagem histórico-cultural seria a mais utilizada pelos investigadores portugueses. José Redinha foi dos que maior actividade desenvolveu, tentando mesmo um levantamento de toda a colónia (Redinha 1972; 1974). Ainda sobre aspectos culturais parciais, existem estudos notáveis para a perspectiva predominante nas correntes da época, e nas quais a interligação entre antropologia física e cultural é nítida (Almeida 1937).

Constituem ainda trabalhos importantes no domínio da análise estrutural do mundo simbólico os estudos sobre a cultura Tshokwe no Leste de Angola (Lima 1971; Areia 1984). Várias outras culturas foram objecto de monografias (Hauenstein 1967; Guerreiro 1968), enquanto na produção mais próxima do termo do período colonial os trabalhos de antropólogos sobre o sul, continuassem a não abundar (Medeiros 1981). Contudo a grande figura do trabalho antropológico feito em Angola durante o século XX é o Padre Carlos Estermann. Graças a ele dispomos hoje de um bom levantamento da situação etnográfica na metade sul de Angola (Estermann 1956; 1957; 1961; 1983). Trata-se, sem margem de dúvida, do investigador que do interior deste território mais produziu para os circuitos de comunicação científica internacional. A tradução de alguns dos seus trabalhos mais extensos para o inglês e o francês, atesta bem da reconhecida autoridade do autor neste domínio.

Finalmente não convém esquecer que a situação de guerra colonial surgida após os acontecimentos de 1961, também teve até certo ponto reflexos claros em parte da produção antropológica feita no terreno angolano. Vale a pena referir um estudo sobre antropologia do fenómeno religioso e o seu papel nas transformações sociais (Santos 1972), onde o autor pretende e leva a cabo uma análise de formas concretas de resistência anti-colonial a partir duma óptica apologética do poder colonial.

A pequena colónia da Guiné na África Ocidental, pela sua reduzida dimensão, não despertou grande interesse na investigação, se compararmos o relevo nacional e internacional que Angola alcançou. Existe porém uma série de monografias e de artigos, onde a orientação antropológica está presente (Carreira 1947; Mota 1946; Quintino 1971).

Ainda na África Ocidental, mais concretamente sobre a ilha de S. Tomé, dispomos de uma boa monografia que, embora elaborada para a disciplina de Geografia, reflecte uma grande sensibilização antropológica (Tenreiro 1961). Quanto ao século XIX, existe uma «história etnográfica», de citação obrigatória (Negreiros 1895).

No que respeita Moçambique a densidade de produção antropológica é quase similar à situação verificada no caso angolano. Convém referir como introdução geral, um apanhado com bastante carga informativa (Dias 1972). Mas o grande iniciador e pioneiro da actividade científica moderna no nosso domínio é H. A. Junod, missionário residente nesta colónia. Dos seus inúmeros trabalhos, muito divulgados fora de Portugal, citemos uma extensa monografia etnográfica (Junod 1898) e a sua grande obra, traduzida para várias línguas e com várias reedições em português (Junod 1912-13). Este investigador dedicou a sua atenção sobretudo ao sul de Moçambique.

Antes de apontarmos os principais antropólogos portugueses que trabalharam nesta ex-colónia, saliente-se o trabalho de dois estrangeiros, profundos conhecedores da realidade africana que descrevem. Trata-se, cronologicamente, da monografia sobre o quotidiano feminino da autoria de E. D. Earthy (Earthy 1933), assim como o estudo sobre etno-musicologia de H. Tracey (Tracey 1948). Estas publicações são importantes no âmbito da investigação internacional em que se enquadraram, e serviram de estímulo para alguns antropólogos portugueses, chegando uma delas a ser rapidamente editada em português (Tracey 1949).

Rita Ferreira é, de entre os portugueses, aquele que mais tempo dedicou a Moçambique como área de trabalho de campo. Não só se preocupou com a perspectiva da antropologia cultural (Ferreira 1958), como contribuiu decisivamente para consolidar as infra-estruturas de investigação (Ferreira 1962).

M. Dias desenvolveu considerável actividade em vários domínios específicos da Antropologia a partir de trabalho de campo realizado, no norte, próximo da fronteira com a Tanzânia. Colaborou num projecto de monografia dos Maconde (Dias/Dias 1964), dedicou-se aos sistemas de parentesco (Dias 1965), além de ter publicado outros trabalhos no domínio da cultura material e da tecnologia (Dias 1961 e 1964). A coroação definitiva da investigação antropológica desenvolvida a partir de dados recolhidos no terreno moçambicano deve-se a A. J. Dias. Figura a quem já foram dedicados estudos de análise do seu contributo teórico (Lupi 1982), e da qual sabemos a importância que alcançou no desenvolvimento da Etnologia em Portugal, coordenou no norte deste território um grupo de trabalho, do qual vieram a lume quatro volumes (Dias 1964; Dias/Dias 1964; Dias/Dias 1970; Guerreiro 1966). Esta obra colectiva pode ser considerada um dos melhores trabalhos modernos empreendidos por antropólogos em equipa sobre um povo africano, além de constituir a aplicação no terreno não-europeu do método de estudo de comunidades, defendido por A. J. Dias anteriormente (Dias 1948a; 1953). Este seu propósito ficou claramente expresso no primeiro e terceiro volumes dos Macondes (Dias 1964; Dias/Dias 1970).

Para terminar esta panorâmica, falta mencionar a ex-colónia portuguesa na Ásia, a parte oriental da ilha de Timor. Encontramos aqui a investigação não tão produtiva em termos de quantidade, se comparada à situação nas colónias africanas. A diferença torna-se ainda mais nítida, se olharmos para os esforços desenvolvidos por outras potências colonizadoras, com interesses no mundo insular asiático.

É novamente um estrangeiro que na segunda metade do século XIX publica uma monografia etnológica sobre Timor e baseada em resultados dum seu diário de viagem. Trata-se do já mencionado Adolf Bastian (Bastian 1885), obra posteriormente quase esquecida. No que respeita aos portugueses, só com Mendes Corrêa se poderá começar a falar de investigação antropológica sistemática nesta zona (Corrêa 1944). Este autor era o chefe de fila da antropologia física portuguesa. Outros investigadores debruçaram-se igualmente sobre este terreno (Almeida 1974; Cinatti 1974), embora o interesse despertado por esta ilha aos antropólogos portugueses se possa considerar bastante reduzido, talvez mesmo quase um esquecimento. Na realidade, é

o já citado Mendes Corrêa o único que lhe dedica um livro. A esta constatação não estará muito provavelmente alheio o facto de nesta colónia não ter surgido resistência anti-colonial organizada.

### 3.3. *Cristalização de linhas de força na investigação*

A compilação seleccionada de obras de antropólogos feitas em Portugal e/ou nas suas colónias é importante como elemento para rápida informação dentro do contexto de elaboração teórica da Antropologia. Reconhecem-se, sem dificuldade de maior, centros mais ou menos delimitados de interesse na pesquisa, pode-se mesmo tentar enquadrar a actividade de nacionais e estrangeiros numa perspectiva mais englobante de interpretação. No entanto, a simples acumulação da bibliografia antropológica disponível não revela à primeira vista a lógica interna da produção antropológica. Esta respondeu a um esforço, até certo ponto coordenado, de inserção da produção científica especializada num quadro teórico específico.

#### 3.3.1. *A cultura material*

O interesse pelos aspectos da cultura material e das tecnologias tradicionais é uma constante nas diversas fases de desenvolvimento da Antropologia, embora a relevância que as diferentes escolas lhes tenham concedido seja muito desigual. Assim não deverá constituir motivo de estranheza ser possível referenciar na época do dirigismo do Estado e marcada pelo anti-tradicionismo iluminista, escritos onde se debate a situação dos instrumentos de trabalho utilizados pelo camponês (Silveira 1815). Bem ao contrário da posterior atitude romântica, advoga-se então entusiasticamente o progresso das forças produtivas agrárias, mediante a introdução de alfaías estrangeiras.

O século XX definiria finalmente e sem qualquer equívoco esta linha de pesquisa, como pertencente à Antropologia, nos termos da época, à Etnografia. Encontramos desta forma nas grandes compilações eruditas de feição regionalista (Alves 1908-48; Dias 1926-53; Vasconcelos 1933 ff.), inúmeros capítulos, onde os autores procedem à listagem da cultura material. Em geral fazem-no depois de preenchidos alguns volumes com aspectos do mundo simbólico, de forma a que o objecto, isolado, surge como um acessório não do processo produtivo, mas como simples arranjo cénico para possibilitar o desempenho de papéis prescritos na persistência de usos e costumes tradicionais.

Em pontos anteriores foi focado o contexto no qual surgiu a monografia de A. J. Dias sobre os arados (Dias 1948). É a partir desta altura que se pode falar numa especialização concreta e orientada na pesquisa etnológica em Portugal. Partindo desta obra programática, foi dado início ao levantamento planificado de aspectos seleccionados da cultura material ligada à actividade agrícola. Não nos esqueçamos que paralelamente, na outra abordagem introduzida em Portugal pelo mesmo etnólogo, a interpretação fun-

cionalista de comunidades rurais, fazia incidir as atenções sobre determinado tipo de organização do trabalho, ou seja, sobre o camponês como pequeno produtor individual. Praticamente todo o trabalho de fôlego, e a vários títulos exemplar, levado a efeito pelos discípulos de A. J. Dias — Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira — vem no fundo aclarar nesta perspectiva o funcionamento do quotidiano camponês, a função integradora da cultura, o carácter auto-suficiente da comunidade rural, talvez a sua capacidade de resposta aos desafios do exterior. Só assim se compreende o rigor e a perseverança que norteou o levantamento da alfaia agrícola (Oliveira/Galhano/Pereira 1976), autêntica espinha dorsal do quotidiano económico das sociedades camponesas. O levantamento de técnicas de regadio, no caso concreto dos aparelhos de elevar a água de rega (Dias/Galhano 1953) vem dar importante contributo a uma faceta frequentemente decisiva para a sobrevivência dos grupos domésticos. A rega, no fundo uma técnica para incrementar e/ou assegurar melhor rendimento na produção agrícola, é para os autores, uma forma de dar resposta às adversidades do ambiente geográfico. Num outro trabalho (Dias/Oliveira/Galhano 1963), são analisadas as técnicas tradicionais de conservação e/ou armazenagem de produtos fundamentais para a alimentação rural. As estratégias que se elaboram para guardar produtos agrícolas, determinam não raras vezes, a capacidade e a forma de relacionamento da comunidade rural com o exterior. Mais que simples arte engenhosa de responder a dificuldades impostas pela Natureza, acumular bens alimentares encadeia estratégias sociais.

Observar e fixar numa monografia actividades mais ou menos marginais no contexto geral do mundo camponês, como foi a utilização de fertilizantes não-industriais na agricultura (Oliveira/Galhano/Pereira 1975), pode parecer resultado da busca do arcaísmo como fenómeno cultural. Aqui mais uma vez estamos perante uma outra resposta de comunidades rurais próximas do litoral, para actuar sobre a terra, por consequência, sobre os níveis de produção.

Os camponeses não só se alimentam, também se vestem, no quadro do regime tendencialmente auto-suficiente, em que eram vistos e analisados. Uma publicação sobre o linho, o tecido de origem vegetal por excelência no contexto etnográfico europeu, elucida sobre a sua tecnologia adaptada às mais variadas circunstâncias (Oliveira/Galhano/Pereira 1978).

A moagem tradicional é certamente outro domínio de pesquisa etnotecnológica, em que os autores a que nos vimos referindo, conseguiram colocar-se no âmbito da investigação internacional a um nível de liderança. Três publicações atestam a profundidade da investigação ao longo de quase trinta anos (Dias/Oliveira/Galhano 1959; Oliveira/Galhano/Pereira 1965; 1983). Assim transparece a dependência do investigador face à realidade que o envolve: no contexto europeu, era em Portugal que ainda há relativamente poucos anos se viam moinhos a funcionar. Em relação à linha de interpretação da produção científica que vimos propondo, a moagem adquire papel de relevo na vida da comunidade camponesa. É a transformação à qual é submetido o cereal panificável, e que permite amassar o pão, elemento fundamental para o camponês e para o cidadão pré-industrial.

Outros estudos temáticos no domínio da cultura material poderiam ainda ser citados da extensa bibliografia deste grupo de investigadores. Todos eles abordam aspectos aparentemente marginais, mas estrategicamente posicionados ao longo do ano agrícola, imprescindíveis na comunidade rural de pequenos agricultores.

Esta linha de força na investigação etnológica em Portugal e que irá provavelmente marcar alguns sectores da Antropologia durante bastante tempo, influenciou poucos trabalhos de boa qualidade no terreno colonial. Dignos de referência são: o segundo volume da monografia sobre os Macondes de Moçambique (Dias/Dias 1964) e um estudo sobre a Guiné (Quintino 1971).

### 3.3.2. *O comunitarismo agrário*

Sobre este tema foi até agora um historiador que tentou a melhor síntese global (Silbert 1960), onde o leitor rapidamente se apercebe da importância que determinadas correntes das ciências sociais têm atribuído a esta controversa questão. Por outro lado, e por parte de antropólogos, também se nota um aumento no interesse manifestado (Estevão 1983). Problemática teórica directamente herdada da segunda metade do século passado, cedo introduzida na Antropologia, tem sem dúvida exercido considerável fascínio sobre bom número de investigadores portugueses.

As etnografias sistematizadas de princípios do século abordam com certa insistência o igualitarismo (Ribeiro 1974), sendo obviamente A. J. Dias que, através dos seus estudos de comunidades (Dias 1948a; 1953), coloca a discussão em termos antropológicos actualizados. São as aldeias com organização social pretensamente igualitária que lhe permitem, no fim de contas, aliar a sua abordagem funcionalista às preocupações histórico-culturais.

Mais recentemente têm aparecido autores a contestarem o pretenso igualitarismo nas relações sociais das comunidades ibéricas (O'Neill 1984). Parece-nos importante sublinhar o novo estádio em que entra a discussão. Mais que o papel desempenhado pelo trabalho de campo, vê-se aqui que foi a teoria a orientar o antropólogo no terreno. Enquanto A. J. Dias no seu contacto com uma realidade a insere numa tradição cultural, no fundo destituída de história, porque remete directamente às origens, B. J. O'Neill baseando-se também em trabalho de campo, põe em causa o equilíbrio da reciprocidade nas relações sociais. Estas duas teses em aparente oposição, reflectem naturalmente o choque entre duas escolas de teoria antropológica; se até agora era o «culturalismo funcionalizante» de A. J. Dias que tinha dominado a cena em Portugal, ou seja a Antropologia Cultural, neste momento parece que o debate tende a evoluir no sentido de serem introduzidos conceitos próprios da Antropologia Social temperada, esta também, pelo reconhecimento de aceitar o material histórico-social. Neste confronto de teorias sobre Cultura e Sociedade, uma defendeu o igualitarismo na comunidade camponesa, enquanto a outra vê relações sociais baseadas na hierarquização e desigualdade.

### 3.3.3. *Fabricar uma imagem para identificar: a arte e os costumes populares*

Foi de certo neste sector que a etnografia desenvolvida em Portugal teve maior ligação aos poderes públicos instituídos. Se analisarmos a evolução política do salazarismo, verificaremos que aspectos bem seleccionados da realidade social recolhidos no presente e transferidos para o passado, serviram a política cultural e fomentaram necessariamente a actividade de inúmeros curiosos, diletantes e/ou apaixonados no domínio da recolha e publicação de textos dispersos. Um bom exemplo do aproveitamento político feito pelo regime de dados etnográficos dá-nos J. Pais de Brito (Brito 1982), ou ainda o interesse despertado pelo fado como expressão nacional (Carvalho 1982). Também alguns levantamentos linguístico-etnográficos deixam-nos, por vezes, esta mesma sensação de busca inesperada de particularidades locais ou regionais (cf. Boléo 1961).

O surto da actividade folclórica coincide com este período, assim como o redobrar do interesse pelas festividades rurais ou pelos instrumentos musicais. De entre a vastíssima bibliografia existente sobre estes sectores, destaca-se o trabalho de E. V. de Oliveira (Oliveira 1965; 1983) como contraponto positivo.

Desta alínea interessa fundamentalmente ter o seguinte em conta. Primeiro, que é o sector mais favorecido pelo poder político, no que respeita directamente o fomento de levantamentos etnográficos. Nesta perspectiva são os aspectos artísticos, estéticos e não ligados à cultura material os mais solicitados e desejados. Daí se explica, em parte, a dificuldade da Antropologia, em Portugal, se profissionalizar. Perante esta quantidade de curiosos pela etnografia, intimamente ligados aos poderes públicos no plano local e nacional, o antropólogo via-se praticamente sem argumentos para legitimar a sua actividade.

Segundo, há que ver sob esta óptica a situação museológica em Portugal. Este domínio ficou quase sempre nas mãos dos eruditos locais, de defensores da «causa cultural», com formação de relativa afinidade antropológico-cultural, e só esporadicamente entregue a profissionais. Por isso o espaço museológico jamais constituiu, entre nós, uma estrutura de investigação coordenada e profissionalizada. Uma desvantagem enorme para a consolidação da produção científica da Antropologia (Vasconcelos 1915; Amorim / Morais 1955; Oliveira 1969; Lampreia 1962).

## 4. **Perspectivando a Antropologia em Portugal**

O marco fundamental e decisivo para perspectivar a Antropologia em Portugal é o período de 1974-75, com o processo da descolonização a servir de pano de fundo.

Tentando um resumo geral do trajecto até então percorrido, verificamos o seguinte percurso: a constituição, a profissionalização e a consequente autonomização do discurso antropológico, como ramo das ciências sociais, obedeceu a contextos específicos que abrangeram de igual modo as outras dis-

ciplinas do conhecimento e produção científica social. O discurso antropológico constituído em Portugal, tem a mesma essência das antropologias (cultural, social) que a partir de finais do século XIX emergem no Ocidente. Baseia-se na reflexão sobre a identidade/diferença, no caso concreto português, mais fundamentado na tónica da Cultura e não da Sociedade<sup>5</sup>. A partir destes parâmetros de elaboração teórica, observa-se um processo lento e contraditório. Toda a estrutura que conduz à produção científica não atinge o grau de desenvolvimento necessário à autonomização da Antropologia (cultural) como disciplina das Ciências Sociais. Isto, embora existam sectores isolados e pontuais, onde a investigação é concretizada e o ensino académico instituído. Reside precisamente aqui a contradição: os conteúdos eminentemente antropológicos jamais surgem nas instituições universitárias perfeitamente separados e estruturados para uma formação/profissionalização, paralelos a outros cursos. Etnografia/Etnologia/Antropologia Cultural aparecem sempre como acessórios ou complementos curriculares de opção inseridos nas duas únicas disciplinas de carácter social instituídas: a História e, sobretudo, a Geografia. Este impasse explica, a nosso ver, a situação de todos os outros ramos no domínio da investigação social, como por exemplo, a Sociologia.

A principal consequência prática do contexto atrás descrito é, sem dúvida, a impossibilidade de aparecer uma comunidade científica ligada à Antropologia. Embora existindo elaboração teórica suficiente, trabalho de campo e produção científica, estes factores só por si, nada alteram a situação na sua globalidade. As figuras mais proeminentes tiveram de certo a oportunidade de fazer carreira na qualidade de antropólogos e de, como tal, serem aceites. Contudo não aparece a estrutura que consolida e produz a autonomia numa disciplina científica: o ensino universitário especializado. Até 1974 a contribuição da Antropologia foi dada sobretudo à Geografia. Os investigadores sensibilizados pela abordagem antropológica não encontravam estruturas de apoio que enquadrassem organicamente a sua actividade. No caso concreto dos seguidores de A. J. Dias, vemos que a sua produção foi possível graças ao contacto pessoal. A possibilidade de transmitir experiência, organizar projectos, coordenar o ensino académico numa estrutura autónoma não apareceu. Este fenómeno explica o percurso acidentado e contraditório da profissionalização da Antropologia em Portugal. Perante o isolamento em que se encontrava o investigador, o seu esforço não podia ser continuado. O emergir duma geração não se fazia na base de continuidade directa com a anterior. Daí as fases de grande actividade surgirem ao observador menos atento quase como espontâneas, e não como prosseguimento cumulativo da geração precedente.

Tal estado de coisas teve reflexo nas tentativas levadas a efeito, no sentido de criar estruturas especializadas de comunicação entre a comunidade

---

<sup>5</sup> Para melhor enquadramento da componente sociológica levada a cabo em Portugal, e onde a separação face ao discurso antropológico se torna nítida, leia-se o artigo 'Sociologia' de M.E.C. Ferreira publicado em: Joel Serrão (org.) 'Dicionário de História de Portugal', vol. IV, 1971.

científica. As revistas especializadas tiveram quase sempre uma vida efémera, as que mais tempo se mantiveram, constituem «grosso modo» um amontoado de reflexões. Raramente conseguiram servir para veicular resultados parciais ou finais de projectos de investigação em curso.

Estes os parâmetros que conduziram à situação existente até 1974. As condições políticas vigentes abafaram institucionalmente o aparecimento e o desenvolvimento das Ciências Sociais, exceptuando a Geografia e a História, estas voltadas para a explicação do passado e sua interpretação no presente, e acolhendo as outras abordagens de disciplinas vizinhas como suas subsidiárias.

O contexto do desenvolvimento das Ciências Sociais em Portugal constitui um exemplo de como a investigação, quando institucionalmente colocada fora de qualquer quadro político-social se torna, pela sua ausência, uma questão política por excelência. Relendo nesta óptica a produção científica citada ao longo desta páginas encontramos o resultado prático e concreto das condições sociais que envolvem e determinam o trabalho científico.

A actuação de investigadores portugueses fora da Europa, melhor, do seu país, circunscreve-se naturalmente ao âmbito geográfico do antigo contexto colonial. Assim encontrámos focos de produção científica sobre a Ásia, e muito especialmente a África, mas evidentemente não sobre o Brasil. Vemos uma vez mais neste facto, a fragilidade e o isolamento das proto-estruturas voltadas para a investigação antropológica.

Por outro lado, a relativa presença de trabalhos importantes efectuados por investigadores estrangeiros quer em Portugal, quer nas suas ex-colónias não deve iludir demasiado. Embora os resultados fossem conhecidos dos seus colegas portugueses, não se poderá afirmar que tais investigações constituíssem uma ajuda decisiva para a Antropologia em Portugal. Aqui temos de ter em conta, que a ausência de estruturas de consolidação e de reprodução da comunidade científica numa disciplina, não permitiam uma divulgação suficiente e uma recepção crítica, no sentido de investir na formação de novos quadros. Assim trabalhos feitos por estrangeiros ficaram muitas vezes quase esquecidos, ou noutros casos, eram despropositadamente sobrevalorizados, pois o reduzido público que os lia, só raramente tinha experiência para os avaliar no âmbito da produção antropológica (externa), em que eles se inseriam.

A situação presente reflecte naturalmente as consequências deste passado. É difícil fazer previsões, pois como já vimos, o contexto geral é importante e fundamental.

Aplicando os critérios até agora utilizados, forçoso se torna sublinhar o fenómeno de explosão verificado nos últimos dez anos. Sem dúvida alguma, assiste-se a uma transformação rápida dos processos de produção e de autonomização das várias disciplinas sociais. No caso da Antropologia, há que salientar o facto de, neste período, ela ter sido aceite sem quaisquer reservas no elenco de cursos académicos, o que à primeira vista, significaria ter esta disciplina finalmente alcançado, o que anteriormente não fora possível conseguir. Nesta ordem de ideias, estaria a investigação antropológica definitivamente institucionalizada e definida perante o panorama vigente nas Ciências Sociais. De facto esta premissa existe, mas a ruptura com o passado é real, de forma que, não é imediatamente previsível o estabelecimento de uma

ponte de ligação com o que foi feito. Aqui mais uma vez, há que ver o contexto sociológico das instituições produtoras de ciência. Embora o trabalho anteriormente realizado esteja nominalmente disponível, a Antropologia como disciplina academicamente instituída e autónoma, debate-se naturalmente com uma outra herança: a quase inexistência de quadros universitários devidamente treinados no ensino e na pesquisa. Esta tarefa é prioritária e demorará alguns anos. Paralelamente assiste-se à entrada em cena de jovens antropólogos lançados na actividade de investigação, mas formados no estrangeiro. Este factor pode facilitar nesta primeira fase o funcionamento académico, mas paralelamente reflecte um desfazamento pontual em relação aos hábitos e sistema das instituições nacionais de política científica. De qualquer forma o saldo é positivo. Definem-se lentamente linhas de investigação concretas e que se traduzem no ritmo crescente de publicações especializadas. Naturalmente é o terreno nacional onde mais se trabalha, e onde a reflexão teórica vai surgindo (Pina-Cabral 1983; 1984). Pressente-se uma análise crítica do passado; no final de contas, o desvendar de uma realidade desconhecida (Ruivo/Marques 1982; Moutinho 1982). Investigações em curso prometem o tratamento de bastante material, onde a abordagem antropológica está definitivamente introduzida. Surgem orientações de pesquisa em contextos regionais diferentes (Silva 1980; 1983; Branco 1984; Leal 1984), naturalmente também nas ex-colónias. No processo de consolidação da autonomia da Antropologia, verifica-se desde já um afastamento acentuado em relação a domínios afins como o folclore (Ferré 1982). A faixa propícia à interdisciplinaridade parece centrar-se mais no diálogo com a História e talvez a Sociologia, ela própria em concorrência com a Antropologia, pela sua juventude no âmbito institucional (Sousa 1982; Hespanha 1983; Matos/Martins/Bettencourt 1982; Oliveira/Marinho 1983).

Como tarefa necessária e urgente prepara-se à Antropologia o levantamento das infra-estruturas de trabalho disponíveis. As bibliotecas, os arquivos e os museus têm espólios bastante consideráveis para a pesquisa <sup>6</sup>. Na maior parte dos casos o facto é desconhecido. O indicador porventura mais positivo para o futuro próximo da Antropologia em Portugal é sem dúvida o impacto verificado junto da opinião pública. Ao contrário de outras ciências sociais, a Antropologia vê vegetar à sua volta um estilo de jornalismo que a vai popularizando e cria um mercado de trabalho potencial para os seus profissionais. Este fenómeno reflecte sem dúvida o peso de fenómeno da grande aglomeração urbana como quotidiano, perante o qual muitos tentam a evasão para o rural idealizado: uma componente histórica do discurso antropológico. No entanto ainda é cedo para saber, se a esta aceitação junto da opinião pública, as instituições e os antropólogos conseguem dar uma resposta global; isto significaria não só ter que consolidar a disciplina, mas também activar definitivamente os museus. Estes dois elementos apontam no mesmo sentido: enquanto as universidades aceitarem a Antropologia há que criar a necessidade do antropólogo, dar-lhe um perfil concreto para que este enfrente o mercado de trabalho.

<sup>6</sup> As principais instituições e organismos nacionais encontram-se citados em Arcia (1986).

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, António de: 1937. *Sobre mutilações étnicas dos aborígenes de Angola*. Lisboa: Oficinas Gráficas;  
1974. «Da onomástica-tabu no Timor Português — antropónimos e zoónimos». *In Memoriam* 1974-III:9-26.
- ALMEIDA, Eduardo de Castro e: 1909. *Madeira e Porto Santo*. II.1820-1833. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- ALMEIDA, Paulo Dias de: 1817. *Descrição da Ilha da Madeira em geral e cada huma de suas freguezias, Villas e Lugares em particular*. Ver Almeida 1909: 473-478.
- ALVES, Francisco Manuel, Abade de Baçal: *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*.  
1908. Vol. I Porto: Guedes.  
1910. Vol. II Porto: Guedes.  
1911. Vol. III Porto: Guedes.  
1918. Vol. IV Coimbra: Imprensa da Universidade.  
1925. Vol. V Os Judeus. Bragança: Assunção.  
1928. Vol. VI Os Fidalgos. Porto: Guedes.  
1931. Vol. VII Os Notáveis. Porto: Guedes.  
1932. Vol. VIII No Arquivo de Simancas. Porto: Guedes.  
1934. Vol. IX Arqueologia, Etnografia e Arte. Porto: Guedes.  
1938. Vol. X Arqueologia, Etnografia e Arte. Porto: Guedes.  
1948. Vol. XI Arqueologia e Etnografia. Porto: Guedes.
- AMORIM, Fernando Bayolo Pacheco de/M.H.X. de MORAIS: 1955. «Estudos de Etnologia. Catálogo-Inventário do Museu de Etnografia do Ultramar». *Anais da Junta de Investigações do Ultramar*, X, 1:5-581.
- AMZALAK, Moses Bensabat: 1943. *A memória económico-política da Província da Estremadura de José de Abreu Bacelar Chichorro*. Lisboa: Gráfica Lisbonense.  
1951. «O Despertador da Agricultura de Portugal de Luís Ferrari de Mordan (1782)». *Revista do Centro de Estudos Económicos*, XI:67-173.
- AREIA, Manuel Laranjo Rodrigues de: 1984. *Les Symboles divinatoires*. Coimbra: Instituto de Antropologia.
- AREIA, Manuel L. Rodrigues de; 1984/1986. «A investigação e o ensino da Antropologia em Portugal após o 25 de Abril», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18-19-20: 139-152.
- ARQUITECTURA: 1961. *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses.
- AZEVEDO, Álvaro Rodrigues de: 1880. *Romanceiro do Archipelago da Madeira*. Funchal: Typ. Voz do Povo.
- BALANDIER, Georges: 1965. *La vie quotidienne au royaume de Kongo, du 16<sup>ème</sup> au 18<sup>ème</sup> siècle*. Paris: Hachette.
- BALBI, Adrien: 1822. *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les Portugais des deux Hémisphères*. Paris: Rey & Gravier;  
1822a. *Variétés politico-statistiques sur la monarchie portugaise, dédiées à M. le Baron Alexandre de Humboldt*. Paris: Rey & Gravier.
- BASTIAN, Adolf: 1859. *Ein Besuch in San Salvador, der Hauptstadt des Königreichs Congo. Ein Beitrag zur Mythologie und zur Psychologie*. Bremen: H. Streck.  
1885. *Timor und umliegenden Inseln. Reiseergebnisse und Studien*. Berlin: F. Dümmlers.
- BAUMANN, Hermann: 1935. *Lunda. Bei Bauern und Jägern in Inner-Angola*. Berlin: Würfel Verlag.
- BIBLIOGRAFIA: 1976. *Bibliografia dialectal galego-portuguesa*. Lisboa: Centro de Linguística das Universidades de Lisboa.
- BIRMINGHAM, David: 1966. *Trade and Conflict in Angola. The Mbundu and their neighbours under the influence of the Portuguese, 1483-1790*. Oxford: Clarendon Press.
- BOLEO, Manuel de Paiva (org.): 1961. «Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica». *Boletim de Filologia*, XX, 1-2.  
1969. *Os estudos de linguística românica na Europa e na América, desde 1939 a 1960*. Coimbra: Casa do Castelo.

- BRAGA, Joaquim Teófilo Fernandes: 1869. *Cantos Populares do Archipelago açoriano*. Porto: Typ. Livraria Nacional.
1885. *O Povo Portuguez, nos seus Costumes, Crenças e Tradições*. Lisboa: Livraria Ferreira Editora.
- BRANCO, Jorge Freitas: 1983. «Ruralidade insular. A desagregação de comunidades tradicionais na Madeira. Esboço de problemática». *Análise Social*, 77-78-79:635-644.
1984. *Bauernarbeit im mediterranen Alltag. Agrikultur und Umweltgestaltung auf der Inselgruppe Madeira (1750-1900)*. Berlin: Reimer Verlag.
- BRITO, Joaquim Pais de: 1982. «O Estado Novo e a aldeia mais portuguesa de Portugal». *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*: 511-532. Lisboa: A Regra do Jogo.
- CALLIER-BOISVERT, Colette: 1967. «La vie rurale au Portugal. Panorama des travaux en langue portugaise». *Etudes Rurales*, 27:95-134.
- CARREIRA, António: 1947. *Mandingas da Guiné Portuguesa*. Bissau: (Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. 4.).
- CARVALHO, José Gonçalo C. Herculano de: 1953. «Coisas e Palavras. Alguns problemas etnográficos e linguísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica». *Biblos*, XXIX:1-413.
- CARVALHO, José Pinto Ribeiro de (Tinop): 1903. *História do Fado*. Lisboa: Sociedade Editora; (2 1982. Lisboa: D. Quixote).
- CHILDS, Gladwyn Murray: 1949. *Umbundu kinship and character; being a description of the social structure and individual development of the Ovimbundu of Angola*. Londres: Oxford University Press.
- CINATTI, Ruy: 1974. «Alguns aspectos de mudança social no Timor Português». *In Memoriam 1974-III*:95-105.
- COELHO, Francisco Adolfo: 1879. *Contos Populares Portugueses*. Lisboa: P. Plantier.
1892. *Os ciganos de Portugal. Com um estudo sobre o calão*. Lisboa: Imprensa Nacional.
1896. *Exposição ethnographica portuguesa: Portugal e Ilhas Adjacentes*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CORREA, António: 1970. *Geografia e economia da provincia do Minho nos fins do século XVIII. Plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos.
- CRUZ, Francisco Inácio dos Santos: 1841. *Da Prostituição na cidade de Lisboa*. Lisboa: Typ. Lisbonense.
- CUNHA, A. Xavier da: 1982. Contribution à l'histoire de l'Anthropologie Physique au Portugal. *Contribuições Para o Estudo da Antropologia Portuguesa*, XI,1:5-56.
- CUTILEIRO, José: 1971. *A Portuguese Rural Society*. Londres: Oxford University Press.
1977. *Ricos e Pobres no Alentejo. Uma sociedade Rural Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa (trad. de 1971).
- DIAS, António Jorge: 1948. *Os Arados Portugueses e as suas prováveis origens*. Coimbra: IAC; (2 1982. Lisboa: INCM).
- 1948a. *Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária*. Porto: IAC.
1951. «Bosquejo histórico de Etnografia Portuguesa». *Revista Portuguesa de Filologia*, Supl., II:1-136.
1953. *Rio de Onor, comunitarismo agro-pastoril*. Porto: IAC.
1961. *Portuguese Contribution to Cultural Anthropology*. Joanesburgo: Witwatersrand University Press.
1964. *Os Macondes de Moçambique. I. Aspectos históricos e económicos*. Lisboa: JIU.
1971. «Etnografia Portuguesa». in: J. Serrão (org.) *Dicionário de História de Portugal*, II:138-139. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
1972. *Le Mozambique*. Ver Poirier 1972:922-965.
- DIAS, A. J./Margot DIAS: 1964. *Os Macondes de Moçambique. II. Cultura material*. Lisboa: JIU.
1970. *Os Macondes de Moçambique. III. Vida Social e Ritual*. Lisboa: JIU.
- DIAS, A. J./Fernando GALHANO: 1953. *Aparelhos de elevar a água de rega. Contribuição para o estudo do regadio em Portugal*. Porto: Junta da Província do Douro-Litoral.

- DIAS, A. J./E. V. de OLIVEIRA/F. GALHANO: 1959. *Sistemas primitivos de moagem em Portugal*. I. Moinhos de água e azenhas. II. Moinhos de vento. Porto: IAC.
1963. *Sistemas primitivos de Secagem e Armazenagem de Produtos agrícolas. Os espigueiros portugueses*. Porto: IAC.
- DIAS, Jaime Lopes: 1926-53. *Etnografia da Beira* (8 vols.). Lisboa: Torres.
- DIAS, Margot: 1961. «Makonde-Töpferei». *Baessler-Archiv*, IX,1:95-116.
1964. «Técnicas primitivas de olaria com especial referência à África». *Revista de Etnografia*, III,1:69-114.
1965. *Os Maganjas da Costa. Contribuição para o estudo dos sistemas de parentesco dos povos de Moçambique*. Lisboa: JIU.
- EARTHY, Emily Dora: 1933. *Valenge Women. The Social and Economic life of the Valenge women of Portuguese East Africa*. Londres: Oxford University Press.
- EDWARDS, Adrian: 1962. *The Ovimbundu under two sovereignties: a study of social control and social change among a people of Angola*. Londres: Oxford University Press.
- ESTERMANN, Carlos: 1956. *Etnografia do Sudoeste de Angola. I. Os povos não-bantos e o grupo étnico dos Ambós*. Lisboa: JIU.
1957. *Etnografia do Sudoeste de Angola. II. Grupo étnico Nhaneca-Humbe*. Lisboa: JIU.
1961. *Etnografia do Sudoeste de Angola. III. O grupo étnico herere*. Lisboa: JIU.
1983. *Etnografia de Angola (sudoeste e centro)*. Colectânea de artigos dispersos. Lisboa: IICT.
- ESTÊVÃO, João Antunes: 1983. «O comunitarismo agrário e o seu paradigma». *Comunicações II Congresso Ibérico de Geografia*, II:41-59. Lisboa: CEG.
- FERRÉ, Pere: 1982. *Romances tradicionais*. Funchal: CMF.
- FERREIRA, António Rita: 1958. *Agrupamento e caracterização étnica dos indígenas de Moçambique*. Lisboa: JIU.
1962. *Bibliografia Etnológica de Moçambique* (das origens a 1954). Lisboa: JIU.
- FONSECCA, Francisco Pereira Rebelo da: 1791. «Descrição económica do território que vulgarmente se chama Alto-Douro». *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, III:36-72.
- GAMITTO, António Cândido Pedroso: 1854. *O Muata Cazembe e os Povos Maraves, Chevás, Muizas, Lundas e outros da África Austral. Diário da Expedição Portuguesa comandada pelo Major Monteiro e dirigida aquele Imperador nos anos de 1831 a 1832*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- GONÇALVES, José Júlio: 1961. *Bibliografia Antropológica do Ultramar Português*. Lisboa: AGU.
- GRAÇA, A. Santos: 1932. *O Poveiro*. Póvoa do Varzim: Tip. Minerva.
- GUERREIRO, Manuel Viegas: 1966. *Os Macondes de Moçambique. IV. Sabedoria, Língua*. Lisboa: JIU.
1968. *Bochimanes !khū de Angola. Estudo etnográfico*. Lisboa: JIU.
1978. *Para a História da Literatura Popular Portuguesa*. Lisboa: ICP.
- HAUENSTEIN, Alfred: 1967. *Les Hanya. Description d'un groupe ethnique bantou de l'Angola*. Wiesbaden: Steiner.
- HESPANHA, Pedro: 1983. «Através dos campos dos Senhores da terra. Notas para o estudo da grande lavoura alentejana oitocentista», *Revista Crítica de ciências Sociais*, 11:61-80.
- JUNOD, Henri Alexandre: 1898. *Les ba-ronga, étude ethnographique sur les indigènes de la baie de Delagoa*. Neuchâtel: Attinger.
- 1912-13. *The Life of a South African tribe*. Londres: Nutt.
1936. *Moeurs et costumes des Bantous. La vie d'une tribu sudafricaine*. Paris: Payot (trad. de 1912-13).
- 1944-45. *Usos e costumes dos Bantos. A vida duma tribo sul-africana*. Lourenço Marques: INM (trad. de 1936).
- IN MEMORIAM: 1974. *Im Memoriam António Jorge Dias* (3 vols). Lisboa: JIU.
- KRÜGER, Fritz: 1925. *Die Gegenstandkultur Sanabrias und seiner Nachbargebiete. Ein Beitrag zur spanischen und portugiesischen Volkskunde*. Hamburgo: L. Friederichsen.
1927. «Die nordwestiberische Volkskultur». *Wörter und Sachen*, X:45-137.
1940. «Der Beitrag Portugals zur europäischen Volkskunde». Comunicação apresentada

- à 3.ª secção do Congresso Nacional de Ciências da População. Porto: Imprensa Portuguesa. 1947. *El léxico rural del noroeste Ibérico*. Madrid: CSIC (trad. de 1927).
- LAMPREIA, José D.: 1962. *Catálogo-inventário da secção de Etnografia do Museu da Guiné Portuguesa*. Lisboa: JIU.
- LAUTENSACH, Hermann/Mariano FEIO: 1948-83. *Bibliografia Geográfica de Portugal* (2 vols.). Lisboa: CEG.
- LEAL, João: «As Fontes na obra etnográfica de Consiglieri Pedroso». *Revista Lusitana*, n.s., 2:129-163.
1984. «Impérios, Povo e Clero em Santa Barbara (Santa Maria, Açores)», *Estudos Contemporâneos*, 6:113-128.
- LIMA, Augusto Guilherme Mesquitela: 1971. *Fonctions sociologiques des Figurines de culte Hamba' dans la société et dans la culture tschokwe*. Luanda: IICA.
- LINK, Heinrich Friedrich: 1801-04. «Bemerkungen auf einer Reise durch Frankreich, Spanien und vorzüglich Portugal». Kiel: In der neuen academischen Buchhandlung.
- LOPES, João Baptista da Silva: 1841. *Corographia ou memoria economica, estatistica e topographica do Reino do Algarve*. Lisboa: Typ. da mesma Academia.
- LUPI, João Eduardo Pinto Basto: 1982. *A concepção de Etnologia em António Jorge Dias*. Braga: UCP.
- MATOS, Ana C./ M. C. MARTINS/M. L. BETTENCOURT: 1982. *Senhores da Terra. Diário de um agricultor alentejano (1832-1889)*. Lisboa: INCM.
- MEDEIROS, Carlos Laranjo: 1981. *Vadwandu. History, Kindship and systems of production of an herero people of South-west Angola*. Lisboa: JICU.
- MENDES, José Maria Amado: 1981. *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*. Lisboa: INIC.
- MILLER, Joseph C.: 1976. *Kings and Kinsmen. Early Mbundu States in Angola*. Londres; Oxford University Press.
- MOTA, Avelino Teixeira da: 1947. *Inquérito etnográfico. Organizado pelo governo da Colômbia no ano de 1946*. Bissau: SIT.
- MOUTINHO, Mário Canova: 1982. «A Etnologia colonial Portuguesa e o Estado Novo». *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*: 415-442. Lisboa: A Regra do Jogo.
- NEGREIROS, António Almada: 1895. *Historia ethnographica da Ilha de S. Thomé*. Lisboa: Bertrand.
- OLIVEIRA, António Braz/M. J. MARINHO (org.): 1983. *Devassa a que mandou proceder Sua Majestade no Território do Alto Douro pelo Dezembargador António Mesquita e Moura (1771-1775)*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de: 1965. *Instrumentos Musicais Populares Portugueses*. Lisboa: Gulbenkian.
1969. *Vinte anos de investigação etnológica do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Porto 1947 - Lisboa 1967*. Lisboa: IAC.
1983. *Festividades Cíclicas em Portugal*. Lisboa: D. Quixote.
- OLIVEIRA, E. V. de/F. GALHANO/B. E. PEREIRA: 1965. *Moínhos de vento. Açores e Porto Santo*. Lisboa: IAC.
1969. *Construções primitivas em Portugal*. Lisboa: IAC.
1975. *Actividades agro-marítimas em Portugal*. Lisboa: IAC.
1976. *Alfaias Agrícolas Portuguesas*. Lisboa: IAC.
1978. *Tecnologia tradicional, o Linho*. Lisboa: INIC.
1983. *Tecnologia tradicional Portuguesa. Sistemas de moagem*. Lisboa: INIC.
- O'NEILL, Brian Juan: 1982. «Trabalho colectivo no Norte de Portugal». *Análise Social*, 70:7-34.
1984. *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras. Desigualdade social numa aldeia transmontana (1870-1978)*. Lisboa: D. Quixote.
- PEIXOTO, A. A. da Rocha: 1908. «Formas de vida comunalista em Portugal». Ver Peixoto 1967-1:330-347.
- 1967-75. *Obras*. Póvoa de Varzim: CMPV.
- PEREIRA, Benjamim Enes: 1965. *Bibliographia Analítica de Etnografia Portuguesa*. Lisboa: IAC.
- PICÃO, José da Silva: 1903-. *Através dos campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos*. Elvas:

- PINA-CABRAL, João: 1983. «Notas críticas sobre a observação participante no contexto da etnografia portuguesa». *Andlise Social*, 76:327-339.  
1984. «A casa e a família no Alto Minho rural». *Andlise Social*, 81-82:263-284.
- POIRIER, Jean (org.): 1972. *Ethnologie régionale I*. Paris: Gallimard.
- QUINTINO, F. Rogado: 1971. *Prática e utensilagem agrícolas na Guiné*. Lisboa: JIU.
- REDINHA, José: 1972. «L'Angola». Ver Poirier 1972:722-772.  
1974. *Etnias e culturas de Angola*. Luanda: IICA.
- RIBEIRO, Orlando: 1942. «Vida e obra de José Leite de Vasconcelos». *Portucale*, XV:3-17:41-62.  
1945. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editora; 1963. Lisboa: Sá da Costa.  
1974. «Notas de Leite de Vasconcelos acerca da vida comunitária em Portugal». In *Memoriam*, II:385-392.
- RUIVO, Fernando/M. M. L. MARQUES: 1982. «Antropologia jurídica em Jorge Dias». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 10:41-87.
- SÁ, Victor de: 1978. *Esboço Histórico das Ciências Sociais em Portugal*. Lisboa: ICP.
- SAMPAIO, Alberto: 1923. *Estudos Históricos e Económicos*. Porto: Livraria Chardron.
- SANTOS, Eduardo dos: 1972. *Movimentos proféticos e mágicos em Angola*. Lisboa: INCM.
- SANTOS, Maria Emília Madeira: 1978. *Viagens de exploração terrestre dos Portugueses em África*. Lisboa: JICU.
- SANTOS, Maria José de Moura: 1969. «Linguística românica em Portugal», 1945-1960. Ver Boléo 1969:221-401.
- SILBERT, Albert: 1960. «O colectivismo agrário em Portugal. História de um problema». *Economia e Finanças*, XXVIII:987-1057.
- SILVA, José Carlos Gomes da: 1976. «Mythe et idéologie», *L'Homme*, XVI, 4:49-75.  
1977. «La Cécité et la somnolence». *L'Homme*, XVII,1:53-71.  
1983. «Nous-mêmes, nous autres». *L'Homme*, XXIII,3:55-80.
- SILVEIRA, António Henriques: 1815. «Memória sobre a introdução das gadanhas alemãs e flamengas em Portugal». *Memórias Economicas da Academia de Sciencias de Lisboa*, V.
- SIMON, William J.: 1983. *Scientific Expeditions in the Portuguese overseas territories (1783-1808), and the role of Lisbon in the intellectual-scientific Community of the late eighteenth Century*. Lisboa: IICT.
- SOUSA, Fernando Aires de Medeiros: 1982. *José do Canto. Subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*. Ponta Delgada: UA.
- TENREIRO, Francisco: 1961. *A Ilha de São Tomé. Estudo geográfico*. Lisboa: JIU.
- TRACEY, Hugh: 1948. *Chopi Musicians. Their Music, Poetry and Instruments*. Londres: Oxford University Press.  
1949. *Gentes Afortunadas*. Lourenço Marques: INM (trad. de 1948).
- VASCONCELOS, José Leite de: 1901. *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Paris: Aillaud.  
1915. *História do Museu Etnológico Português*. Lisboa: IN.  
*Etnografia Portuguesa*. Tentame de sistematização.  
1933. Vol. I Lisboa: Imprensa Nacional.  
1936. Vol. II Lisboa: Imprensa Nacional.  
1941. Vol. III Lisboa: Imprensa Nacional.  
1958. Vol. IV Lisboa: Imprensa Nacional.  
1967. Vol. V Lisboa: Imprensa Nacional.  
1975. Vol. VI Lisboa: Imprensa Nacional.  
1980. Vol. VII Lisboa: INCM.  
1982. Vol. VIII Lisboa: INCM.  
1985. Vol. IX Lisboa: INCM.
- WELWITSCH, Friedrich Martin Josef: 1862. *Synopse explicativa das amostras de madeira e drogas indígenas e de outros objectos mormente ethnographicos colligidos na provincia de Angola enviados à Exposição internacional de Londres em 1862...* Lisboa: Imprensa Nacional.  
1945. Colectânea de escritos doutrinários, florísticos e fitogeográficos concernentes principalmente à flora de Angola. Compilação, revisão e notas de A. Mendonça. Lisboa: AGC.